

O CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MANUTENÇÃO DA RENDA DE BILRO EM POÇO REDONDO/SE

Flávia Lopes Pacheco¹

Resumo: Este artigo é parte de uma pesquisa maior desenvolvida em minha tese de doutorado em Educação e tem como objetivo analisar a forma como foi estruturado o campo cultural do município de Poço Redondo, em Sergipe, após as diversas ações implementadas a partir de políticas públicas voltadas para a transmissão de saberes em cultura popular para a manutenção da produção de renda de bilro no município. Este trabalho se configura como um estudo de caso qualitativo e, a partir de uma pesquisa documental e entrevistas às mulheres que participaram de um ponto de cultura no município, foi possível caracterizar o campo cultural formado a partir das políticas públicas que atuaram no município no período de 2002 a 2018. Os resultados da pesquisa demonstram não apenas os atores que atuam e atuaram no campo, mas destacam a importância do Estado na estruturação de todas as ações. Além disso, por ser uma política cultural pensada, principalmente, por e para mulheres e, mesmo assim, as questões relacionadas às diferenças de gênero não foram levadas em consideração. E, por isso, ao final, deixo a reflexão sobre a importância de pensar nessa pauta, mesmo quando o interesse não for exclusivo sobre tais pontos.

Palavras-chave: Políticas Culturais, Artesanato, Políticas Públicas.

Introdução

Este trabalho é parte de uma pesquisa maior desenvolvida em minha tese de doutorado em Educação. E o presente artigo tem como objetivo analisar a forma como foi estruturado o campo cultural do município de Poço Redondo, em Sergipe, após as diversas ações implementadas a partir de políticas públicas voltadas para a transmissão de saberes em cultura popular, mais especificamente, para a manutenção da produção de renda de bilro no município.

O saber artesanal normalmente é passado de mãe para filha, de forma que o conhecimento se mantém vivo por meio dessa transmissão de saberes. Porém, se levarmos em consideração que enquanto a indústria e o capitalismo evoluíam, a atividade artesanal passou por mudanças, de modo que pudesse atender melhor a expectativa do mercado (TAVARES; PADILHA, 2016), e alguns trabalhos artesanais perderam espaço nesse ambiente de mercado, é possível que algumas tradições sejam

¹ Doutora pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professora adjunta do Departamento de Secretariado Executivo (DSE/UFS) e do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Culturas Populares (PPGCULT/UFS). E-mail: flavinhlp@academico.ufs.br

colocadas de lado e, com isso, algumas manifestações artísticas e culturais podem morrer.

Para evitar que essas tradições sejam extintas, o Estado pode agir de modo a incentivar a preservação do artesanato ou de qualquer outra manifestação da cultura popular, através de projetos que desenvolvam ações que possibilitem a transmissão dos saberes dos mestres e mestras do conhecimento popular.

Quando falamos em tradição, não podemos ficar presos/as ao passado, sem levar em consideração que a arte e a cultura acabam por encontrar uma forma de se ajustar e está em processo contínuo de renovação, já que vivemos em um mundo em constantes mudanças (GIDDENS, 1991), em que o local e o global se interpenetram e criam situações inusitadas de empréstimos e ressignificações culturais. Claro que isso deve ser pensado também a partir de políticas públicas que tragam um incentivo para que as pessoas que vivem daquela arte sobrevivam e consigam repassar os seus saberes para outras pessoas. Afinal, sem os incentivos necessários do Estado, algumas manifestações culturais podem passar por um processo de extinção com a morte daqueles que ainda carregavam a sua memória e seus saberes.

No caso específico da renda de bilro em Poço Redondo, após uma pesquisa de Beatriz Dantas (2006), a prefeitura do município, governo do Estado e outras instituições públicas, como a própria universidade, e outras instituições privadas, passaram a buscar formas de evitar que a arte (e sua produção) fosse extinta no município. Assim, foram desenvolvidas diversas ações para a transmissão desses saberes para as meninas mais jovens da comunidade, como também orientar as rendeiras para além do saber fazer, mas também em promover e comercializar as rendas do município. Diversas parcerias foram estabelecidas no município com esse fim e é com base nessa nova forma de transmissão de saberes tradicionais e a experiência das rendeiras nesse processo que se coloca o foco deste trabalho.

Assim, buscamos entender como surgiram as ações públicas necessárias para a preservação da renda de bilro no município de Poço Redondo/SE e como o campo cultural se estruturou por meio delas. Para isso, foi necessário identificar os/as principais atores/as envolvidos na estruturação do campo cultural surgido a partir da transmissão dos saberes em renda de bilro.

Percurso Metodológico

Este trabalho se configura como um estudo de caso qualitativo, na medida em que foi realizado por meio de pesquisas com mulheres que atuaram/atuam em uma organização que foi beneficiada pela política cultural do Plano Nacional Cultura Viva, tornando-se, assim, um ponto de cultura.

Foi realizada uma primeira coleta de dados, a fim de conhecer um pouco sobre o trabalho do Ponto de Cultura. Foi realizada assim uma pesquisa bibliográfica, em que foram coletadas informações sobre os trabalhos dos Pontos de Cultura no Brasil, sua importância para as comunidades e as limitações de suas ações, que foram incorporadas em algumas das análises. Além disso, outros trabalhos envolvendo o trabalho artesanal e as mulheres foram necessários para aprofundar as reflexões sobre o foco da pesquisa que trouxe o artesanato como ponto focal da cultura popular.

Também foram encontrados, nesta pesquisa, artigos relacionados ao processo de quase extinção e implementação de políticas públicas para a preservação da renda de bilro no município de Poço Redondo. Esses trabalhos, em especial, foram de grande importância para a compreensão do campo da pesquisa e complementação das informações dadas pelas entrevistadas, levando em consideração o caráter histórico das mudanças ocorridas na comunidade.

Foram coletados dados primários, como resultados de pesquisa do IBGE, do SNIIC, do PNUD a respeito do Estado de Sergipe e, em especial, do município de Poço Redondo. O que tornou possível conhecer um pouco sobre a região onde a pesquisa foi inserida e o contexto em que aquela sociedade vive, para que a análise fosse realizada colocando esses aspectos em observação.

Ainda foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as três principais coordenadoras das ações do Ponto de Cultura e com três das principais oficinas que atuavam/atuam na Fundação e prestaram serviços ou se beneficiaram dele durante o período em que a parceria com MinC/Secult ocorreu.

Também é importante salientar que as entrevistas ocorreram no período de outubro de 2017 a janeiro de 2018 e que esta pesquisa está baseada, principalmente no relato dessas mulheres e sobre suas experiências de como vivenciaram suas vidas e ações a partir do trabalho com o Ponto de Cultura no sentido de facilitar a transmissão

de saberes de uma expressão cultural tão importante para aquela comunidade. Dessa forma, as fontes orais foram parte determinante para a análise dos dados.

O processo de análise dos dados envolveu, uma análise interpretativa dos discursos dos diversos atores que compõem o campo, pois, para Bourdieu (2005a), as relações sociais são mediadas pela linguagem e essa linguagem é uma das formas de representação do poder simbólico. Isso corrobora com o argumento de Norman Fairclough (2001) que define que os discursos não só refletem entidades e relações sociais, mas as constroem ou as constituem.

O Município de Poço Redondo

Poço Redondo é um município localizado no sertão do menor estado do Brasil, Sergipe, localizado a 184 km de distância da sua capital, Aracaju. Está localizado na região semiárida do Nordeste brasileiro, mais especificamente na microrregião do Sertão do São Francisco, na mesorregião do Sertão Sergipano e seu limite é feito a noroeste com o Estado de Alagoas e a sudoeste com o Estado da Bahia, ambos por meio do Rio São Francisco, ao sul e leste com o município de Porto da Folha e a oeste e norte com Canindé do São Francisco.

Possuía, de acordo com dados do último censo demográfico, uma população estimada para 2020 de 35.122 pessoas (IBGE, 2010), sendo nesta época o 11º município mais populoso do Estado, mas com o menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, em 2010 o município possui um IDH de 0,529, que é considerado um índice baixo (entre 0,500 e 0,599) (ATLAS BRASIL, 2021). Ao mesmo tempo, os dados apontam que entre 2000 e 2010 o IDH do município passou de 0,363 para 0,529, o que demonstra uma taxa de crescimento de 45,73%.

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2016, o salário médio mensal das pessoas do município era de 2,4 salários mínimos, enquanto que em 2018 esse valor passou para 1,9 salários mínimos, representando um decréscimo nos dois anos seguintes ao golpe de 2016. Ao mesmo tempo, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 5,3% em 2016 e passou para 7,6% em 2018 (IBGE, 2021). De acordo com o extinto Ministério de Desenvolvimento Social

(MDS), em agosto de 2018, 6.939 famílias eram beneficiárias do Programa Bolsa Família em Poço Redondo. Considerando que o MDS considerava que a média de cada família é de 4 pessoas, temos um total de aproximadamente 27.756 pessoas que recebiam menos que meio salário mínimo e representavam quase 80% da sua população total.

Dentre as famílias que recebem o auxílio do bolsa família, a grande maioria é de grupos ligados ao meio rural, totalizando mais de 4.000 famílias beneficiárias do Programa. Isso ocorre, principalmente porque, dentre os seus habitantes apenas 27,65% vivem em área urbana, enquanto os 89 outros 72,35% estão distribuídos na região rural, nos vários povoados que se espalham por sua extensão.

As políticas públicas para transmissão dos saberes da renda de bilro

Em pesquisa desenvolvida em 2002, Beatriz Góes Dantas, na época professora de Antropologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), registrou e documentou a história da renda de bilro em Poço Redondo, como também fez um registro documental das rendas existentes, com um interesse de conhecer a história e situação da produção desse importante patrimônio histórico imaterial, bem como não permitir a sua extinção. Segundo ela, na época da sua primeira pesquisa, em 2002, a prática de produzir peças em renda de bilro estava em vias de se acabar, inclusive, as rendeiras que ainda produziam estavam com idade avançada e foram denominadas “guardiãs da renda”. A autora constatou que as meninas mais novas da cidade, já não tinham mais interesse na produção de peças em renda de bilro, pois além de muito trabalhosa, não traziam um retorno financeiro (DANTAS, 2006)

Algumas meninas ainda eram iniciadas na arte, mas não tinham interesse em se aprimorar na técnica. Muitas trocaram a almofadas pela agulha e bastidor, realizando a atividade de ponto de cruz e rendendê. A transmissão desse saber dentro do ambiente doméstico - modo milenar e tradicional de transmissão de conhecimento, em especial, do conhecimento em cultura popular - foi interrompido, segundo Beatriz Dantas (2006) pela modernidade e pela nova forma de viver imposta pela sociedade às mulheres e pela desvalorização dessa atividade, refletida nos baixos preços pagos a um trabalho que necessita de muito tempo, conhecimento e domínio da técnica para ser realizado.

Considerando que os saberes e as técnicas registradas na memória necessitam de repetição e atualização para que possam ser difundidos e preservados entre as novas gerações, resta saber se terá continuidade a tradição das rendeiras de Poço Redondo ou se o futuro dará razão às artesãs que hoje, desencantadas, afirmam “quando morrer as velhas, vai se acabar a renda”. (DANTAS, 2006, p. 56)

Com isso, a autora aponta que essa modernidade, que nos traz técnicas avançadas na indústria fabril para produção de peças, muitas vezes de plástico, imitando o tecer dos fios de bilro e que, fabricadas em série, sem a necessidade do grande tempo despendido nem do conhecimento das mãos habilidosas das rendeiras, são vendidas a preços muito mais baratos e que desvalorizam ainda mais essa arte milenar. Ela questiona então se será possível para essas rendeiras, nessas condições, manter essa tradição viva no município de Poço Redondo.

Foi através dos resultados da pesquisa de Beatriz Dantas (2006) que o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe (Sebrae/SE), em parceria com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município e a antiga Secretaria de Estado de Combate à Pobreza ofereceram os primeiros cursos de renda de bilro para os integrantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) (SEBRAE, 2011). Dessa forma, conseguiram um espaço, recursos materiais, bolsas para as rendeiras antigas, de forma que elas pudessem transmitir a arte de fazer renda para as jovens de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família a partir de 2006.

Nessa época, em Poço Redondo, foram disponibilizadas 20 vagas para pessoas de baixa renda e participante do Programa Bolsa Família. Depois, em 2008, uma nova etapa do projeto aconteceu e, segundo o Sebrae (2011), dessa vez 18 foram as mulheres capacitadas, mas ainda havia uma preocupação que era estimular a geração de renda através desse trabalho. Para isso, o Sebrae viabilizou a contratação de um designer, com o intuito de ensinar as mulheres a produzir peças mais comercializáveis no mercado.

Assim, as rendeiras passaram a elaborar presilhas, diademas, passadeiras, tiaras, bolsas, carteiras e várias outras peças que passaram a ser vendidas para os próprios moradores do município e no Centro de Artesanato de Piranhas. Além disso, o Sebrae também montou cursos de atendimento ao cliente, formação de preços, empreendedorismo e associativismo, tornando possível o surgimento da Associação dos

Artesãos do Município de Poço Redondo, que passou a defender os interesses da categoria (SEBRAE, 2011).

Nesse caso, pelas próprias características das organizações envolvidas e cursos ofertados, parece ficar claro que o principal intuito do projeto ter sido implementado no município tem a ver com o interesse do Estado em diminuir os índices de pobreza enxergando no artesanato uma alternativa de sobrevivência para o enfrentamento do desemprego e da precarização nas relações de trabalho.

Em 2009, deu-se início a um novo trabalho, sempre no intuito de, não apenas manter vivo o patrimônio histórico que, neste caso, é a produção de renda, seja pela transmissão do saber fazer, como também para tornar o ofício sustentável, possibilitando que as aprendizes mantivessem o interesse em se aprimorar na técnica a fim de tornar o seu trabalho artesanal em gerador de renda.

Neste sentido, surgem no Brasil alguns projetos, programas e leis com o intuito de preservar e manter o nosso patrimônio cultural. Um desses programas, e que teve sua implementação no município de Poço Redondo foi o PROMOART (Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural), desenvolvido pela Associação Cultural de Amigos do Museu do Folclore Edison Carneiro (ACAMUFEC) em parceria com o Ministério da Cultura. Esse programa tinha como objetivo:

[...] apoiar os grupos produtores de artesanato de tradição cultural buscando seu desenvolvimento e destacar a qualidade e a importância dos saberes tradicionais específicos através da promoção de um mercado que reconheça esse valor oferecendo com isso condições dignas de sobrevivência aos artesãos e estimulando a sua arte (SANTOS e BEZERRA, 2013, p. 27).

Em parceria com a Universidade Federal de Sergipe, o PROMOART adquiriu linhas para as oficinas de renda de bilro, montou oficinas de repasse do saber, tendo duração de seis meses e atendendo jovens da comunidade, também proporcionou oficinas de gestão da produção, da comercialização, formação de preço e capital de giro para as integrantes da cooperativa das bordadeiras de Sítios Novos e criação de identidade visual, entre outras atividades (SANTOS e BEZERRA, 2013).

Ainda no contexto do PROMOART, as rendeiras fizeram parte da Caravana Brasil, que levou um grupo de artesãos de todo o país para conhecer lojas e centros de comercialização de artesanato em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro; também

participaram do Mercado Brasil de Rendas e Bordados, em Brasília, e do Mercado Brasil, no Rio de Janeiro. Esses eventos tiveram o intuito de fazer com que as rendeiras de diferentes regiões do Brasil trocassem experiências, modelos de renda e ideias (ZACCHI, 2013).

Logo depois, ainda em 2010, o Ministério da Cultura, em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado de Sergipe, lançou um edital do Programa Cultura Viva, com o intuito de disponibilizar recursos para a criação de pontos de cultura no Estado. Nessa época, a fim de manter o trabalho de transmissão do saber artesanal da renda de bilro, a Associação de Artesãos do Município chegou a elaborar um projeto para participar do edital. No entanto, como essa ainda era uma organização muito nova e não preenchia os requisitos necessários para aprovação, este projeto acabou por ser cooptado pela Fundação Dom José Brandão de Castro que, a partir de então, denominou-se Ponto de Cultura Na Trilha do Sertão, e que trabalhava no intuito de fortalecer a identidade sertaneja através da estética e o imaginário do cangaço. Entre outras ações e objetivos do Ponto de Cultura, o principal deles estava atrelado à transmissão do saber da renda de bilro. Inicialmente, adolescentes e jovens do município foram capacitadas em julho de 2011.

O trabalho de formação de artesãos/ãs mirins foi realizado com a parceria do Sebrae e capacitou jovens que, na época, produziam e vendiam a renda de bilro e que passaram a produzir também réplicas das almofadas de bilro para comercializar como *souvenir*. Com a venda das peças, parte do dinheiro arrecadado era repassado para quem produziu. “Graças à Deus, com esse trabalho, temos alcançado muitos frutos. É muito bom ver que esses jovens estão utilizando o que aprenderam para gerar renda para suas famílias”, comemorou a presidente da Fundação (INSTITUTO MARCELO DEDA, 2012).

O trabalho desenvolvido pela Fundação enquanto ponto de cultura durou até 2013, quando o repasse do dinheiro da terceira etapa do projeto ficou retido na Secretaria de Cultura devido a problemas nos formulários de prestação de contas do MinC. Mas, mesmo terminando o prazo do edital, a Fundação continua, nos dias de hoje, desenvolvendo oficinas para um número de meninas em idade escolar. Os recursos utilizados para isso são: as almofadas e linhas que ainda restaram do projeto do Ponto

de Cultura, alguns recursos obtidos por meio de premiações recebidas pelo trabalho desenvolvido e da venda das peças produzidas pelas artesãs e de recursos próprios das duas dirigentes da Fundação.

Em Poço Redondo, em 2014 foi iniciado um trabalho com as rendeiras pelo Governo de Sergipe e Sebrae, em parceria com o Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação (IPTI), que buscou capacitar as mulheres rendeiras para o que denominam desenvolvimento social e econômico sustentável. Com essa iniciativa, segundo dados da Agência Sergipe de Notícias (2016), as entidades buscavam contribuir para a melhoria das condições de vida da população e, de forma especial, da comunidade em situação de extrema pobreza. Levando em consideração isso, o município de Poço Redondo foi uma das localidades escolhidas, considerando seu IDH ser o menor do Estado.

Esse trabalho foi realizado junto às rendeiras da Associação de Artesãos de Poço Redondo (AAMPUR) e também com a cooperativa de bordadeiras de Sítios Novos (Alagoas). Elas participaram de oficinas para aprender novas técnicas de forma a trazer inovação à tradição e assim reposicionar o mercado sergipano, garantindo, segundo o Sebrae (2015), um valor agregado através de novos designs mais contemporâneos, mesclando o local com o global, naquilo que Canclini (2002) chama de cultura popular híbrida, que carrega traços de tradição e preservação ao mesmo tempo que traz consigo um apelo mercadológico e de venda.

Esse trabalho recebeu um investimento pelo Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza e outra parte veio do Sebrae. O resultado desse trabalho foi percebido em 2016, quando o Centro de Referência do Artesanato Brasileiro (CRAB), no Rio de Janeiro, realizou uma exposição denominada ‘Retratos Iluminados’, que apresentou luminárias de um renomado design, produzidas a partir da produção das bordadeiras e rendeiras de Sítios Novos (AL), de Poço Redondo (SE) e Entremontes, em Piranhas (AL).

Em 2017 houve nova exposição, dessa vez denominada ‘Territórios’, também no CRAB a fim de apresentar os trabalhos desenvolvidos pelas artesãs e artesãos da comunidade antes, durante e depois de iniciada a parceria com o IPTI e o CRAB. Além disso, todas as peças produzidas pelas rendeiras da Associação são vendidas na sede do CRAB, no Rio de Janeiro.

A partir do que já foi apresentado até aqui, é possível entender quais os principais agentes participantes da estruturação do campo formado pelas relações entre entidades e as rendeiras de bilro do município de Poço Redondo. Um fator que pode ficar claro em todas as propostas de intervenção é que dois pontos foram principais para a realização e implementação dos projetos junto às rendeiras: 1) O interesse em preservar uma tradição que demonstrava estar em vias de extinção; e 2) Diminuir os índices de pobreza, fazendo com que a comunidade compreendesse o artesanato como mais uma forma de gerar renda por meio da preservação da cultura e empreendedorismo das rendeiras.

Se entendemos a noção de campo, a partir de Bourdieu, estamos falando de um campo de forças, em que os diversos agentes sociais a partir de necessidades que lhes são impostas, e um campo de lutas, em que os atores, possuindo meios e fins diferenciados, conforme a sua posição na estrutura do campo de forças e, nessa luta, acabam por contribuir para a conservação ou transformação de sua estrutura (BOURDIEU, 2005).

Assim, parece-nos importante, inicialmente, destacar os principais agentes envolvidos no campo formado a partir da necessidade de transmissão e preservação da renda de bilro em Poço Redondo. Para fazer isso, depois da história contada nas linhas anteriores, conseguimos demarcar um período principal de análise, para que a estruturação do campo remonte a uma realidade atual, da mesma forma em que seja representativa das ações atuais de diversos agentes para a construção desse campo.

Portanto, o período de análise definido para análise desse campo se inicia em 2002, com o resultado da pesquisa de Beatriz Dantas e encerra em 2018, quando realizadas as entrevistas com as rendeiras, bordadeiras e dirigentes do Ponto de Cultura. Podemos também demarcar aqui que, dentre os capitais existentes na configuração do campo, da mesma forma que indicada por Pierre Bourdieu, há uma força dos capitais econômico e cultural na estruturação do campo, mas não apenas estes.

Com o que foi apresentado, percebemos que a cada período apresenta mudanças e novas configurações e disputas de poder do campo da produção, transmissão de saberes e comercialização da renda de bilro em Poço Redondo.

Também fica clara a inserção de um mesmo ator social em diversos momentos, como é o caso do Sebrae, por exemplo, que aparece sempre presente em praticamente todas as ações desenvolvidas, demonstrando que o capital econômico, cultural e social que esta entidade possui demarca os interesses de boa parte dos atores envolvidos em todas as etapas e mudanças na estruturação do campo cultural do município.

O Estado se faz presente em todos os momentos, seja a partir das ações, políticas públicas, inserção de recursos ou doação de espaço público. Quando falamos em Estado, nesse caso específico, estamos englobando os governos Federal, Estadual e Municipal, através de suas secretarias, ministérios ou organismos. Isso demonstra o que Bourdieu (2005) retrata sobre o metapoder que o Estado possui. É o Estado, que detém o capital econômico, cultural, social e simbólico que dita os caminhos em que os diversos projetos foram desenvolvidos ao longo dos anos em Poço Redondo, seja no interesse de mapear, documentar, preservar e manter a cultura local, seja com o esforço de tornar a cultura local uma fonte de trabalho e renda para a população poço redondense, que demarca as principais preocupações ao longo destes 16 anos de trabalhos desenvolvidos junto às rendadeiras da comunidade.

Cabe salientar a presença do capital físico que, segundo Pierre Bourdieu (2005) é um dos capitais que geram o metapoder do Estado, mesmo que ele não precise ser utilizado, como foi o caso em Poço Redondo. Não foi a partir da força física que o Estado decidiu os caminhos pelos quais a produção do saber da renda de bilro seria passada, não houve coerção ou força de polícia para isso, mas o poder simbólico que ele possui, faz com que as pessoas que seriam as maiores beneficiárias das ações (e dos recursos nela investidos), estejam submetidas às decisões tomadas pelo estado e aceitem suas determinações, mesmo que não sejam as mais adequadas para a população, assim, contribuindo, de forma determinante, na produção e reprodução dos instrumentos de construção da realidade social.

A sociedade civil organizada está representada por meio da Fundação Dom José Brandão de Castro e da Associação de Artesãos do Município, mas não apenas essas organizações (detentoras do capital tradicional) são importantes no jogo de interesses que estruturaram o campo ao longo dos anos. Pessoas específicas foram importantes,

mas estas acabam, em algum momento, fazendo parte das organizações apresentadas acima e, durante os relatos, essa relação acaba por ficar mais clara.

Conforme Fernando Pontual Leão Júnior (2002), os atores sociais atuam no campo de modo a criar formas de pressão determinantes na estruturação do campo organizacional e essas ações irão delimitar o campo organizacional. Estas ações não são uniformes, já que a atividade social é dinâmica e contínua e as estruturas de dominação e poder estão em constante mudança. Para conhecer o campo ora apresentado, Leão Júnior (2001) afirma que é necessário identificar os aspectos que baseiam o repertório de ação destes atores, ou seja, conhecer os recursos controlados por eles, bem como a forma pela qual utilizam tais recursos dentro do jogo.

Para Bourdieu (2001), a ideia de jogo implica em compreender que existe um campo, jogadores e regras socialmente aceitas. Assim, o jogador é um ator que está disposto a jogar e concorda com as regras estabelecidas, mesmo que tenha como intenção mudá-las posteriormente, mas isso só será possível a partir de sua ação dentro do jogo.

Considerações Finais

Como percebemos, neste trabalho, a partir de uma pesquisa desenvolvida por uma professora da Universidade Federal de Sergipe, foi possível identificar que a tradição de produzir renda de bilro no município de Poço Redondo estava nas mãos de, aproximadamente, 20 mulheres idosas e, que suas filhas e netas não sabiam e nem tinham interesse em aprender a continuar o trabalho de suas mães e avós e, com a morte dessas rendeiras, essa era uma manifestação popular que iria acabar na região. Adicionado a isso, nesse mesmo período, o Brasil passava por um processo de implementação de políticas públicas que tinham o interesse em diminuir a fome e extrema pobreza do país e, considerando que em Poço Redondo encontramos os menores índices de desenvolvimento humano do Estado, a implementação de políticas para a preservação desse patrimônio imaterial, que é a renda de bilro, pareceu ser uma boa alternativa para a geração de emprego e renda de uma população que vivia em uma situação de extrema pobreza.

Com isso, vários organismos começaram a participar de um processo de estruturação do campo da cultura, a partir de trabalhos voltados para a transmissão dos saberes em renda de bilro no município. O Estado, seja por meio da prefeitura, do governo estadual ou federal, trazia consigo um metacapital, que definia onde, como e com quais objetivos os recursos deveriam ser empregados nessas ações. No seu entorno, outras organizações, como Sebrae, ITPI, a própria Fundação Dom José Brandão de Castro e as outras entidades relacionadas nesta tese, trouxeram consigo, principalmente, o capital econômico e o cultural, determinando as regras do jogo a ser jogado no campo, às quais todos deviam se adequar. As mulheres da comunidade atendida, por não possuírem esses dois tipos de capital, acabaram subordinadas às regras impostas. Não sem resistência, obviamente, mas ainda assim, sem conseguir estabelecer os pontos que eram prioritários, em sua opinião.

No caso específico das ações da Fundação Dom José Brandão de Castro, que atuou como o Ponto de Cultura Na Trilha do Sertão no período de 2010 a 2013 e continua, de forma menos estruturada, desenvolvendo o trabalho de transmissão dos saberes da renda de bilro nos povoados de Poço Redondo, percebemos, inicialmente, a importância de uma política pública cultural como é a Lei Cultura Viva. Toda a proposta, desde o início, está fundada numa visão antropológica da cultura, em que o dinheiro público funciona apenas como uma agente, em que as próprias comunidades decidem onde esse dinheiro será investido, possibilitando uma maior capilaridade no campo cultural.

Desde 2004, entre altos e baixos do extinto Ministério da Cultura, o campo cultural brasileiro tem ganhado novos traços, novos pontos, nova vida, tudo isso simbolizado em um trabalho que busca levar uma visão de empoderamento e democratização do saber fazer cultura. No entanto, as limitações impostas pelo próprio Estado, ente burocrático que exige dos produtores culturais uma linguagem e formas de ação baseadas numa lógica de gestão pública tecnocrata, acabam por fazer com que muitas organizações não consigam desenvolver seu trabalho dentro da comunidade, esperando assim pessoas com maior capital cultural para que possam participar dos editais.

No caso específico de Poço Redondo, por exemplo, há anos que a cidade vem recebendo atenção de diversos entes públicos e privados no sentido de transmitir, preservar e manter viva a produção de renda de bilro no município. Visivelmente estas ações são realizadas para atender mulheres, com poucas exceções, mas em nenhuma dessas atividades foram disponibilizados recursos, incentivos ou ações no intuito de promover um debate ou qualquer outra atividade que coloque em xeque a divisão sexual do trabalho doméstico, que buscasse levar mais homens para aprender renda de bilro, bordado ou costura, que facilitasse o acesso das mulheres aos espaços públicos.

A única exceção foram algumas palestras, realizadas pela Fundação Dom José Brandão sobre violência doméstica e empoderamento feminino durante os cursos do Ateliê Flor de Mandacaru. No entanto, isso ocorreu porque uma das coordenadoras do projeto é pesquisadora da área e teve a sensibilidade de perceber essa problemática ao longo do trabalho com as mulheres em Poço Redondo.

Quando tratamos de políticas públicas culturais, principalmente aquelas que estão voltadas à transmissão de saberes para a preservação de uma cultura popular em comunidades tradicionais, é necessário que as questões de gênero sejam levantadas. É comum lermos em programas de políticas públicas, sejam eles voltados para a cultura ou não, que irão abranger várias áreas da sociedade de forma interligada, incluindo aí as discussões de gênero. No entanto, na prática, o que percebemos é que, mesmo àqueles projetos que são nomeadamente voltados para mulheres, as problemáticas de gênero são sequer colocadas.

Se o governo investe em ações destinadas a empoderar as mulheres de uma dada região, não basta lhes ensinar a fazer renda, a conhecer novos pontos e modelos ou a empreender. É necessário que se estabeleça, naquela região, uma nova dinâmica de trabalho, em que a mulher não seja explorada no ambiente doméstico, em que a divisão sexual do trabalho seja discutida dentro e fora de casa.

Referências Bibliográficas

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br>. Capturado em: 10 de novembro de 2018.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 7.ed. São Paulo: Papirus, 2005.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social**. MDS. Disponível em [http://www.mds.gov.br]. <Acesso em 29 de outubro de 2018>.

BRASIL. **Relatório de Informações Sociais / RI Bolsa Família e Cadastro Único de Poço Redondo**. Capturado em: 20 de outubro de 2018.

DANTAS, B. G. **Rendas e rendeiras no São Francisco**. Estudos e documentos sobre a renda de bilro de Poço Redondo/SE. Paulo Afonso/BA: Editora Fonte Viva, 2006.

DANTAS, Beatriz Góis. **Rendeiras de Poço Redondo**: vida e arte de mulheres que batem bilros no sertão do São Francisco. Aracaju, Instituto Xingó, Arqueologia e Patrimônio. Centro de Documentação e Pesquisa do Baixo São Francisco, 2002. (Cadernos CENDOP 3).

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Ed. UnB, 2001.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

IBGE. **Perfil dos estados e dos municípios brasileiros**: cultura: 2014/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

INSTITUTO MARCELO DEDA. **Ponto de cultura resgata tradição da renda de bilro no sertão**. Publicado em 12 de janeiro de 2012. Disponível em: http://www.institutomarcelodeda.com.br/ponto-de-cultura-resgata-tradicao=da-renda-de-bilro-no-sertao. Capturado em: 20 de outubro 2017.

LEÃO JÚNIOR, Fernando Pontual de Souza. Formação e estruturação de campos organizacionais: um modelo para análise do campo cultural. **Encontro Nacional de Pós Graduação em Administração**. Campinas/SP, 2001.

LEÃO JÚNIOR, Fernando Pontual de Souza. **Formação e estruturação do campo organizacional dos museus da Região Metropolitana do Recife**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

SANTOS, Josimari Viturino; BEZERRA, Rosely Fernandes. Atuação do PROMOART em terras sergipanas: polos Divina Pastora e Poço Redondo. **Revista de Extensão Universitária da UFS**. São Cristóvão, n. 2, 2013.

TAVARES, Felipe; PADILHA, Valquiria. Os sentidos do trabalho e a produção artesanal: os casos do luthier e o mestre vidreiro. **Revista Mundi Engenharia, Tecnologia e Gestão**. Curitiba, PR, v. 1, n. 1, 6, jan/jun, 2016.

ZACCHI, Marina. S. **Fios de tradição em Poço Redondo**. Rio de Janeiro: CNFPC/IPHAN, 2013.